

Racionalidade neoliberal e trabalho docente: *interferência da cultura performativa nas condições de trabalho de professores e professoras*

Neoliberal rationality and teaching work:

interference of performative culture in the working conditions of teachers

Racionalidad neoliberal y trabajo docente:

*interferencia de la cultura performativa en las condiciones de trabajo de los
docentes y maestras*

 **DIEGO BECHI***

Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo-RS, Brasil.

 **ALTAIR ALBERTO FÁVERO****

Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo-RS, Brasil.

 **MARIA DE LOURDES PINTO DE ALMEIDA*****

Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria-RS, Brasil.

Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP, Brasil.

RESUMO: Este artigo analisa a implementação da cultura performativa na educação pelo modelo de gestão empresarial e sua interferência nas condições de trabalho, dinâmica interpessoal e identidade de docentes. Fruto de pesquisa qualitativa, bibliográfica e documental realizada no Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Superior – GEPES/UPF, investiga: a formação de um modelo de governança gerencial, produzido pela racionalidade toyotista/liberal, para compreender a formação do/da sujeito/a empresarial; a ideia de reconhecimento

* Doutor em Educação pela Universidade de Passo Fundo e coordenador do Polo da Universidade Aberta do Brasil de Tapejara, Rio Grande do Sul. *E-mail:* <bechi70866@gmail.com>.

** Doutor em Educação e professor da Universidade de Passo Fundo. *E-mail:* <altairfaver@gmail.com>.

*** Doutora em Educação. Professora pesquisadora na Universidade Federal de Santa Maria e vice coordenadora do Grupo Internacional de Estudos e Pesquisas em Educação Superior, da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas. *E-mail:* <malu04@gmail.com>.

profissional decorrente da performance, num mecanismo de luta pela visibilidade; uma nova identidade docente a partir do poder disciplinar da performatividade. Os resultados apontaram que a ascensão dessa cultura competitiva na educação é responsável por uma subjetividade negativa, com sofrimento no trabalho, perda de identidade somatizada em depressão generalizada, levando, muitas vezes, o/a professor/a ao adoecimento físico e emocional.

Palavras-chave: Trabalho docente. Racionalidade neoliberal. Performatividade. Políticas educacionais.

ABSTRACT: This article analyzes the implementation of performative culture in education through the business management model and its interference in working conditions, interpersonal dynamics and teachers' identity. As a result of qualitative, bibliographical and documentary research carried out in the Group of Studies and Research in Higher Education – GEPES/UPF, it investigates: the creation of a model of managerial governance, produced by the Toyotist/liberal rationality, to understand the formation of the business subject; the idea of professional recognition resulting from performance in a mechanism of struggle for visibility; a new teaching identity based on the disciplinary power of performativity. The results showed that the rise of this competitive culture in education is responsible for a negative subjectivity, and thus suffering at work, loss of identity somatized in generalized depression, which often lead the teacher to physical and emotional illness.

Keywords: Teaching work. Neoliberal rationality. Performativity. Educational policies.

RESUMEN: Este artículo analiza la implementación de la cultura performativa en la educación a través del modelo de gestión empresarial y su injerencia en las condiciones de trabajo, las dinámicas interpersonales y la identidad de los docentes. Fruto de una investigación cualitativa, bibliográfica y documental realizada en el Grupo de Estudios e Investigación en Educación Superior – GEPES/UPF, investiga: la formación de un modelo de gobernanza empresarial producido por la racionalidad toyotista/liberal para comprender la formación del/de la sujeto/a empresarial; la idea de reconocimiento profesional resultante del desempeño, en un mecanismo de lucha por la visibilidad;

una nueva identidad docente basada en el poder disciplinario de la performatividad. Los resultados mostraron que el surgimiento de esta cultura competitiva en la educación es responsable por una subjetividad negativa, con sufrimiento en el trabajo, pérdida de identidad somatizada en depresión generalizada, muchas veces llevando al docente a enfermedades físicas y emocionales.

Palabras clave: Trabajo docente. Racionalidad neoliberal. Performatividad. Políticas Educativas.

Introdução

Um dos grandes desafios atribuídos às pesquisas em políticas educacionais compreende a análise das condições de trabalho dos/das profissionais da educação. O/A trabalhador/a docente tem sido um dos principais alvos das reformas da educação consubstanciadas pelos organismos internacionais de financiamento (Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional – FMI, Organização Mundial do Comércio – OMC, entre outros) – precursores do projeto neoliberal em âmbito global. O objetivo das políticas educacionais para a educação, aliadas ao projeto hegemônico global, é adaptar a educação e, especialmente, o trabalho docente aos interesses capitalistas. A melhoria da qualidade da educação está atrelada, de forma estrita e/ou estreita, à formação de um/a trabalhador/a eficaz, competitivo/a e altamente produtivo/a. A profissionalização docente, pela via neoliberal, está pautada na adaptação subjetiva do/da docente à lógica produtivista e na consequente docilização diante das novas condições de trabalho e do enfraquecimento dos direitos trabalhistas. Esse modelo de profissionalização é condição para a intensificação e precarização das condições de vida e trabalho, repercutindo diretamente sobre o processo de subjetivação docente (TELLO, 2011; BECHI, 2017).

Este artigo tem por objetivo analisar de que forma a implementação da cultura performativa no âmbito da educação, preconizada pelo modelo de gestão empresarial, tem interferido nas condições de trabalho, dinâmica interpessoal e identidade dos/das profissionais docentes. Para o desenvolvimento da investigação, adotamos a metodologia histórico-crítica, que se fundamenta nos pressupostos teóricos da Pedagogia Histórico-Crítica de Dermeval Saviani (2013), de modo que o objeto será historicizado e o contexto refletirá sobre ele numa perspectiva dialética, trazendo à tona as contradições. A metodologia histórico-crítica busca compreender a questão educacional a partir do desenvolvimento histórico objetivo. Isso significa compreender a educação no contexto da sociedade humana, como ela está organizada e pode contribuir para a transformação da sociedade (CORSETTI, 2010). Berenice Corsetti afirma que “Isso significa compreender

a Educação no contexto da sociedade humana, como ela está organizada e como ela pode contribuir para a transformação da sociedade” (CORSETTI, 2010, p. 89).

O artigo está estruturado em três seções: a primeira analisa a formação de um modelo de governança de cunho empresarial decorrente da ascensão da racionalidade toyotista/liberal, em detrimento do *welfare state*, a fim de compreender os propósitos e as estratégias de formação do/da sujeito/a empresarial; a segunda caracteriza a tecnologia da performatividade competitiva, atrelada à educação enquanto mecanismo de luta pela visibilidade, condicionando trabalhadores/as docentes à lógica produtivista; por fim, a terceira sistematiza a formação de uma nova identidade docente a partir do poder disciplinar da performatividade. Os resultados apontaram que a ascensão de uma cultura da performatividade no âmbito da educação é responsável pela formação de uma subjetividade negativa, caracterizada pelo sofrimento no trabalho, o sentimento de estar sob pressão e depressão generalizada, levando o/a trabalhador/a docente ao isolamento e ao adoecimento físico e emocional.

A ascensão da racionalidade toyotista/neoliberal e a formação de um modelo de governança empresarial

A lógica da concorrência intercapitalista, projetada pela racionalidade político-econômica conexas ao padrão de acumulação flexível, tem exigido a substituição do paradigma industrial centrado na produção em massa e em rotinas de trabalho padronizadas por uma estrutura produtiva e relações de trabalho mais flexíveis. O padrão de acumulação capitalista contemporâneo é marcado por um confronto direto com a rigidez do trabalho taylorista/fordista em razão do alto grau de especialização de tarefas, da organização vertical do trabalho e da ênfase na redução da responsabilidade do/da trabalhador/a. A atual fase de desenvolvimento capitalista, aliada à expansão dos mercados em escala global, se apoia na flexibilização dos processos de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. O trabalho no sistema produtivo pós-industrial, metamorfoseado pela inovação organizacional e tecnológica emergente nas últimas décadas, contempla a eliminação de demarcação de tarefas, a organização horizontal do trabalho e a ênfase na corresponsabilidade do/da trabalhador/a. O processo de transição do sistema fordista/keynesiano para a acumulação flexível estimulou a desregulamentação dos direitos trabalhistas, a precarização das relações contratuais, a expansão do desemprego estrutural e a acentuada e generalizada potenciação da capacidade produtiva da força de trabalho. A busca constante por maiores índices de produtividade, justamente no período que se expressa a precarização das condições de trabalho, se dá em função da internalização da pressão externa de concorrência (HARVEY, 2014; DARDOT & LAVAL, 2010; BECHI, 2019).

A consolidação do consenso neoliberal e a flexibilização das condições de trabalho, iminentes ao modelo de acumulação flexível, fizeram emergir uma nova estratégia capaz de elevar o potencial produtivo e a supremacia (política, econômica e social) dos grupos dominantes/hegemônicos: a *captura da subjetividade*. A racionalidade capitalista neoliberal tem provocado profundas mudanças no modo de pensar, interpretar, atuar e sentir o mundo. O controle do elemento subjetivo impôs ao/a trabalhador/a a necessidade de adaptar sua *performance* individual aos anseios do mercado, propiciando a formação de uma nova dinâmica espaço-temporal e de relações interpessoais pautadas na competitividade. O objetivo é produzir sujeitos/as dóceis ao trabalho, flexíveis, capazes de governar a si enquanto indivíduos responsáveis, de modo a torná-los/las aptos/as ao grande circuito de produção e consumo e viabilizar a construção de uma nova concepção de Estado, pautado na redução das políticas sociais e na privatização dos serviços públicos (ALVES, 2011; DARDOT & LAVAL, 2016b; MORROW & TORRES, 2004; MAL, MANCEBO, 2007; BECHI, 2019).

A disseminação da racionalidade toyotista/neoliberal, fundamentada em padrões flexíveis de produção e em ideais político-econômicos que preconizam a construção mais ativa dos mercados, fez emergir uma luta ideológica contra o Estado intervencionista keynesiano e as políticas públicas voltadas à área social. A passagem do capitalismo fordista ao capitalismo financeiro elencou a eficiência dos mercados e a necessária desobrigação do Estado em relação ao financiamento dos serviços públicos. O Estado de bem-estar social (*welfare state*), promotor de incentivos sociais por meio de mecanismos de solidariedade, teria alimentado a irresponsabilidade, as injustiças, os imobilismos, a incompetência, desestimulado a produção e incitado agentes econômicos/as a preferir o ócio ao trabalho (desemprego voluntário). Os/As precursores/as do capitalismo flexível deram destaque à incapacidade do Estado em gerenciar a economia e as próprias contas em razão da crise, para demonstrar o custo ‘exorbitante’ e ‘intolerável’ vinculado aos mecanismos de proteção. Por conta disso, neoliberais acreditavam que as ‘soluções’ apresentadas pelo Estado intervencionista causavam mais problemas do que resolviam. Ao apresentar as críticas neoliberais ao Estado intervencionista, Pierre Dardot e Christian Laval destacam:

O seguro-desemprego e a renda mínima são os responsáveis pelo desemprego; os gastos com saúde agravam o déficit e provocam a inflação dos custos; a gratuidade dos estudos incentiva a vadiagem e o nomadismo dos estudantes; as políticas de redistribuição de renda não reduzem as desigualdades, mas desestimulam o esforço; as políticas urbanas não eliminaram a segregação, mas tornaram mais pesada a taxa local [...] O grande tema neoliberal afirma que o Estado burocrático destrói as virtudes da sociedade civil: a honestidade, o sentido do trabalho bem feito, o esforço pessoal, a civilidade, o patriotismo. Não é o mercado que destrói a sociedade civil com sua “sede de lucro”, porque ele não poderia funcionar sem essa virtude da sociedade civil; é o Estado que corrói as molas da moralidade individual (DARDOT & LAVAL, 2016a, p. 210).

Os/As neoliberais defendem a inversão da representação do indivíduo enquanto ‘produto de seu meio’ e passam a considerá-lo/la plenamente responsável pelo seu desempenho pessoal e profissional. Essa inversão na forma de conceber o indivíduo, cujos princípios anulam a trajetória e as condições existenciais dos/das sujeitos/as (sociais, culturais e econômicas), torna-se possível por meio de um intenso processo de captura da subjetividade. As transformações na forma de pensar e atuar de sujeitos/as são projetadas a partir de enunciados e reformas que geram instabilidade em relação ao emprego e expandem os níveis de concorrência. O medo do desemprego e a competitividade são fatores adotados pelo modelo de acumulação flexível para fomentar a responsabilização e elevar a performance dos/das assalariados/as. Segundo Giovanni Alves, “por ‘medo do desemprego’ o trabalhador assalariado ‘consente’ maior nível de exploração da sua força de trabalho e renuncia os direitos sociais e trabalhistas” (ALVES, 2011, p. 125). Nesse contexto, a responsabilidade no âmbito do emprego tem sido transferida do Estado e do capital para os domínios do/da próprio/a sujeito/a. Para completar esse processo de sujeição, o capitalismo global se abastece dos princípios da meritocracia para culpar os/as sujeitos/as pelo desemprego e/ou fracassos pessoais e, desse modo, destruir os direitos conquistados historicamente sem sofrer as consequências provenientes do embate social (DARDOT & LAVAL, 2016a; BECHI, 2019).

A lógica de mercado e/ou concorrencial trabalha com a hipótese de que o indivíduo dispõe de ‘livre escolha’, tornando-o/a plenamente responsável pelos riscos envolvidos. Essa ética da competição é vista como uma oportunidade de transferir todos os riscos e jogar os problemas de cunho sociais sob a responsabilidade do/a sujeito/a trabalhador/a (DARDOT & LAVAL, 2010). Isso implica a formação do/a ‘sujeito/a empresarial’ (neo-sujeito/a gestor/a de si), caracterizado/a pela capacidade de autocontrole, de engajar-se plenamente e entregar-se por completo a sua atividade profissional. A formação do/da sujeito/a competitivo/a e autogovernável está associada à construção de um novo modelo de governança no setor público e empresarial. Segundo Dardot e Laval, “a racionalidade neoliberal produz o sujeito de que necessita ordenando os meios de governá-lo para que ele se conduza realmente como uma entidade em competição e que, por isso, deve maximizar seus resultados expondo-se a riscos e assumindo inteira responsabilidade por eventuais fracassos” (DARDOT & LAVAL, 2016a, p. 328). Esse foi o caminho encontrado pelos/as partidários/as do neoliberalismo em âmbito global para viabilizar a formação de um governo de cunho empresarial e eximir o Estado da responsabilidade em garantir proteção social.

A captura da subjetividade pela racionalidade toyotista/neoliberal compreende a construção de uma nova concepção de Estado. O Estado é coagido pelo atual modelo de produção capitalista a adotar um novo modelo de governança, pautado na redução dos investimentos públicos e na privatização e/ou mercantilização de direitos fundamentais, a exemplo da educação. Para aumentar a eficiência e a produtividade do serviço público e

agradar aos mercados, a agenda do Estado passa a ser diretamente comandada por imperativos e lógicas das empresas privadas. Na interpretação de Dardot e Laval, o Estado é obrigado a “executar simultaneamente duas operações que aparecem como homogêneas em virtude da unicidade das categorias em jogo: de um lado, construir mercados que sejam os mais concorrenciais possíveis no âmbito mercantil; de outro, fazer a lógica da concorrência intervir no próprio âmbito da ação pública” (DARDOT & LAVAL, 2016a, p. 303). O Estado não se retira, mas curva-se às novas condições requeridas pelo capital financeiro e impostas pelas grandes instituições internacionais criadas após a Segunda Guerra Mundial (Banco Mundial, FMI, Acordo Geral de Tarifas e Comércio –GATT, OMC, entre outros).

No atual estágio de desenvolvimento do sistema capitalista, as políticas públicas se constituem em um elemento estrutural das economias de mercado. A educação tornou-se um importante lugar para a expansão do capitalismo. Isso porque as reformas educacionais assentam-se nos princípios de maior eficiência e performatividade, assim como nas empresas modernas, nas quais o foco privilegiado é o estímulo à competição e ao aumento da produtividade. O desempenho produtivo das instituições públicas e privadas é mensurado a partir de avaliações quantitativas, expondo os/as trabalhadores/as a comparações e intensificando a competitividade. A partir do aumento da produtividade, apregoam-se alguns resultados que confluem com os mecanismos de privatização da educação, a saber: racionalizar os recursos financeiros pela via da otimização dos recursos humanos (tempo de trabalho) e da estrutura física das instituições de ensino – IES; ampliar a lucratividade e a captação de recursos extraorçamentários por meio da comercialização de serviços educacionais; aumentar a produção de conhecimento voltado para o lucro e a transferência de tecnologia ao setor industrial/comercial; e obter um melhor posicionamento das IES nos rankings universitários. As reformas da educação estruturadas sobre as bases da rentabilidade, do produtivismo, da avaliação quantitativa, da competitividade e da otimização dos recursos públicos se abateram sobre a subjetividade dos/das trabalhadores/as docentes (BALL, 2004; BECHI, 2019; FÁVERO & BECHI, 2020).

A performance enquanto mecanismo de luta pela visibilidade e reconhecimento profissional

As políticas para a educação implementadas em sintonia com as transformações de ordem econômica e cultural, retratadas pelo padrão de acumulação flexível, têm fomentado a mercadorização do conhecimento, a prevalência da lógica produtivista e, conseqüentemente, a intensificação e a precarização do trabalho docente. As mudanças na identidade do trabalho docente estiveram vinculadas às reformas de modernização do Estado e ao desenvolvimento de uma nova sociabilidade produtiva. As reformas

estabelecidas no âmbito da educação levaram a uma acirrada disputada entre universidades, grupos educacionais e empresas pela presença nos ‘mercados educacionais’ mais promissores. O intenso processo de privatização das instituições públicas e expansão do setor privado/mercantil, estruturado em consonância com a reestruturação produtiva e o modelo político-econômico do Estado, tem determinado a adequação do trabalho docente às demandas estabelecidas pelos interesses mercantilistas. Isso ocorre porque, segundo afirma Mário Brinhosa, as políticas educacionais legitimadas pelo Estado brasileiro “possuem o vínculo econômico, social e político com as políticas estruturadas e definidas pelas relações sociais e internacionais de produção” (BRINHOSA, 2009, p. 40), imanentes ao modo de produção capitalista.

As novas exigências profissionais advindas das inovações tecnológicas e da consequente mudança no mundo do trabalho, associadas à expansão da racionalidade toyotista/neoliberal, implicam necessariamente a flexibilização laboral do corpo docente. O novo modelo de gestão, inspirado no modelo das empresas privadas, provocou a intensificação e a precarização do trabalho docente, caracterizadas pela elevação da produtividade individual e pela flexibilização das condições de trabalho. O empresariamento do setor público implicou exigências e mudanças nas condições de trabalho equivalentes às preconizadas pela produção flexível: rendimentos vinculados à produtividade; subcontratações; terceirização; demissão de funcionários/as considerados/as incompetentes; redução da autonomia profissional; maximização da aptidão dos/das agentes; subordinação às demandas de ‘cidadãos-clientes’, entre outras (DARDOT & LAVAL, 2016a). A instabilidade e a sensação de risco geradas pelo desmonte da regulação do trabalho e pelo princípio da meritocracia, e/ou da ‘livre escolha’, expandem os níveis de concorrência e elevam a responsabilidade individual. O modelo de acumulação flexível requer a formação de trabalhadores/as gestores de si: competitivos/as, comprometidos/as com os resultados de sua performance e com visão empreendedora (MAUÉS, 2005; CAMPOS, 2005; FÁVERO & BECHI, 2020).

A flexibilidade em relação aos métodos de trabalho, cujas mudanças têm provocado a degradação dos direitos trabalhistas e incitado o medo e a instabilidade no emprego, reforça a responsabilidade individual pela manutenção do emprego no mercado competitivo. O (des)emprego não é mais responsabilidade do Estado, mas do/da próprio/a sujeito/a. Esse/a deve ter visão empreendedora e cumprir com as metas e exigências correspondentes ao seu ofício e aos métodos de avaliação quantitativos. Da mesma forma, a transferência de responsabilidade ao indivíduo permite ao capital intensificar os processos de flexibilização das leis trabalhistas e a implementação de métodos de gestão do trabalho que estimulem o aumento da produtividade. Responsabilidade e flexibilização se fortalecem mutuamente. O processo de responsabilização, enquanto mecanismo de subjetivação, captura o modo de pensar, ser e agir dos/das trabalhadores/as e os/as imobilizam, condicionando e achatando as subjetividades à racionalidade vigente. Esse

processo de subjetivação, pela via do medo e da responsabilização, provoca a apropriação e a intensificação do tempo de trabalho, de modo a reduzir e otimizar os recursos despendidos e elevar a lucratividade e a captação de recursos extraorçamentários. Em suma, a existência de uma relação dialética entre os mecanismos de responsabilização e a flexibilização fortalece e põe em funcionamento a tecnologia da performatividade (BECHI, 2019; FÁVERO & BECHI, 2020).

A performatividade é uma tecnologia, uma cultura e um método de regulamentação utilizada para nomear, diferenciar e classificar trabalhadores/as e instituições. A ideologia da eficácia e do desempenho produtivo mensurado segundo critérios quantitativos, por vezes ideológicos, conduzido com o apoio das tecnologias digitais, se torna sinônimo da noção de qualidade. A qualidade da produção acadêmica, o valor e o reconhecimento do/da docente são determinados pelo seu potencial produtivo no competitivo mercado, bem como pelos valores financeiros agregados ao seu rendimento e à própria instituição, por meio das parcerias com o setor de negócios. A visibilidade, gestada por meio da elevação dos índices de citações e dos rankings bibliométricos, tornou-se pré-condição para a valorização pessoal e profissional no campo acadêmico e também para fugir do rebaixamento e do desligamento, evitando amargar o sentimento de derrota frente a seus pares e à instituição que o/a emprega (BECHI, 2022; ZUIN & BIANCHETTI, 2016).

O/A profissional competente é aquele/a que internalizou subjetivamente os preceitos da lógica produtivista e mercantil. As avaliações praticadas pelos governos, calcadas na lógica eficientista e produtivista, têm por finalidade adequar as IES e as escolas às novas necessidades do mercado. Com isso, o projeto neoliberal visa desresponsabilizar o Estado na promoção de políticas públicas e aumentar o seu poder regulador e avaliador sobre os resultados. Além das atividades voltadas à pesquisa, a prevalência da lógica produtivista e da competitividade no âmbito da educação, legitimadas pelas políticas educacionais de caráter neoliberal, tem absorvido o tempo do/da docente por conta da diversidade de tarefas a serem cumpridas, incluindo: atividades vinculadas ao ensino (preparação e desenvolvimento das aulas); gravação de vídeos-aula; desenvolvimento de projetos de extensão; leitura e correção de trabalhos das disciplinas; participação em grupos de pesquisa; preenchimento de relatórios e formulários; emissão de pareceres; captação de recursos extraorçamentários, entre outras. Os mecanismos de avaliação quantitativa, a racionalização e a otimização dos recursos financeiros interferem diretamente na rotina dos/das trabalhadores/as docentes, provocando a perda de autonomia e o desenvolvimento de atividades que se alastram para além dos muros das instituições, tomando de assalto os momentos de lazer, descanso e as relações afetivas e existenciais.

A alienação e a exploração do/da trabalhador/a docente ocorrem de forma mais acentuada nas instituições de ensino privadas/mercantis, em decorrência da precarização contratual e das mudanças impostas ao mundo do trabalho. Essas instituições visam ampliar a capacidade produtiva e a lucratividade importando os princípios do modelo

toyotista de produção e desfrutando das vantagens atreladas às mudanças nas relações contratuais projetadas em âmbito político pela racionalidade neoliberal, a saber: vinculação do salário à produtividade; extinção dos mecanismos de segurança e proteção social dos/das trabalhadores/as; precarização salarial; e extensão do trabalho *part time*, temporário, terceirizado e subcontratado.

Em relação ao setor público, o Future-se e a Reforma Administrativa, preconizadas pelo governo de Jair M. Bolsonaro (2019/2022), atentaram para a privatização da educação e a precarização das condições de trabalho docente. O objetivo desse governo foi pôr fim à estabilidade no setor público, viabilizar contratações via Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e formar professores/as empreendedores/as, altamente competitivos/as e preocupados/as com o lucro. Em entrevista concedida no dia 30 de abril de 2019, com o objetivo de justificar os cortes de recursos vinculados à educação, o então ministro da Educação, Abraham Weintraub, condenou de forma preconceituosa as universidades públicas, afirmando que cortaria verbas de universidades que estivessem promovendo ‘balbúrdia’ em seu *campus* e não apresentassem um bom desempenho acadêmico. Afirmou: “As universidades que, em vez de procurar melhorar o desempenho acadêmico, estiverem fazendo ‘balbúrdia’ terão as verbas reduzidas” (AGOSTINI, 2019). Ao tratar das manifestações e eventos realizados nas universidades, o ex-ministro declarou: “A universidade deve estar com sobra de dinheiro para fazer bagunça e evento ridículo”. Ele deu exemplos do que considerava bagunça: “Sem-terra dentro do campus, gente pelada dentro do campus”. Na sequência, disse que as universidades precisam elevar o desempenho, pois estariam apresentando resultado abaixo do esperado. E finalizou: “A lição de casa precisa estar feita: publicação científica, avaliações em dia, estar bem no *ranking*”. Mas não apresentou quaisquer *rankings* (O GLOBO, 2019).

A flexibilização do mundo do trabalho, as estratégias de mensuração de resultados e os interesses ideológicos e/ou políticos impõem maior responsabilidade ao/a trabalhador/a. O novo modelo de gestão da produção e do trabalho e as políticas de cunho economicistas e mercantilistas, responsáveis pelo intenso movimento de reacomodação do campo sócio-subjetivo, produz novas performances para o/a trabalhador/a docente. O modelo de produção pautado na performatividade afeta a organização do trabalho, a dinâmica interpessoal (na qual a competição é extremamente acirrada) e exige-lhe uma ativa adaptação espaço-temporal. Isso é visto com otimismo pelos/as neoliberais, pois acreditam que os índices da educação evoluirão somente quando o trabalho docente estiver engajado ao princípio da *accountability*, cujas estratégias preveem a responsabilização pessoal, a necessidade de prestar contas e ser avaliado/a em função dos resultados obtidos.

Cada vez mais os conceitos oriundos do setor empresarial passam a fazer parte dos planos e projetos da educação, entre eles: produtividade, eficiência, gestão por metas, gerenciamento, empreendedorismo e competitividade. Na sociedade performativa, as promoções quanto a carreira docente e gratificações financeiras não estão atreladas ao

tempo de trabalho, mas ao desempenho produtivo. As comparações e os ranqueamentos buscam o controle da produtividade docente e da qualidade dos serviços educacionais, tal como ocorre no mundo empresarial. Nesse sentido, o fracasso da educação nos países da América Latina estaria atrelado à falta de um sistema avaliativo que estimulasse os/as docentes a serem mais competitivos/as e atentos/as aos resultados da produção individual e coletiva. O desenvolvimento de uma estrutura profissional “mais progressiva e estreitamente associada ao crescimento profissional e ao bom desempenho é uma alternativa para superar a situação atual que concede mérito àquele que permanece no sistema (antiguidade), sem importar muito a qualidade de sua atuação profissional e os resultados que obtém” (VOLLMER, 1994 apud TELLO, 2011, p. 155). A submissão das políticas educacionais às ordens econômicas está vinculada à ideia de que somente um/uma docente responsável e disciplinado/a, controlado/a pela lógica do mercado e pelo espírito toyotista pode contribuir para a melhoria da educação. O salário, as promoções, as gratificações, os cargos, a efetivação e o desligamento de professores/as deveriam estar, nessa lógica, condicionados à máxima do desempenho, por meio de um modelo de gestão da educação inspirado no setor privado e em conformidade com os sinais do mercado/campo empresarial (FELDFEBER, 2007).

A luta pela visibilidade e pelo crescimento profissional, em um contexto de flexibilização do mundo do trabalho e da produção faz emergir um conjunto de preocupações e dúvidas em relação a escolhas e futuro profissional. O tormento em garantir a empregabilidade em tempos flexíveis, a classificação, a comparação de performances e o temor de não estar produzindo o suficiente geram pressão de ordem produtiva sobre a subjetividade docente. O trabalho docente é dominado pela “incerteza e a instabilidade de ser julgado de diferentes maneiras, por diferentes meios, através de diferentes agentes e agências e a exigência de termos de mostrar desempenhos excelentes, ou pelo menos credíveis, coletiva ou individualmente, em momentos de revisão, avaliação/apreciação e inspeção” (BALL, 2002, p. 09). Essa cultura performativa e contábil gera instabilidade no emprego, mudanças nos fins da educação e a incerteza do valor próprio em âmbito profissional (BALL, 2002; SANTOS, 2012).

O poder disciplinar da performatividade e a formação de uma nova identidade docente

Um novo tipo de professor/a e novos tipos de conhecimentos são preconizados pelas reformas educacionais. O medo do desemprego decorrente da flexibilização das leis trabalhistas e a instabilidade de ser julgado/a de diferentes maneiras, segundo critérios quantitativos, são engrenagens de um mecanismo cuja função é remodelar a subjetividade docente aos interesses das organizações que os monitoram. Essas tecnologias políticas,

atreladas a flexibilização e intensificação do trabalho, faz com que a excelência e o aperfeiçoamento sejam a força motriz da prática docente. No contexto marcado por uma matriz de avaliações, comparações, incentivos relacionados ao desempenho e responsabilização, as instituições e os/as trabalhadores/as docentes farão o que for necessário para se distinguir ou sobreviver. Os mecanismos de subjetivação impõem uma nova forma de disciplina docente, baseada na competição, eficiência e produtividade. Espera-se que os/as profissionais da educação consigam atingir desempenhos excelentes ou, pelo menos, credíveis. A cultura da performatividade, concebida pelo modelo de gestão empresarial, prevê a redução de prazos e o aumento da lucratividade, chegando facilmente à equação: mais produção em menos tempo (FELDFEBER, 2007; BLANCHETTI & MACHADO, 2007).

As reformas neoliberais da educação transformaram e atualizaram os atributos do 'ser' professor/a. Elas permitiram a internalização e o fortalecimento dos mecanismos de subjetivação aos moldes empresariais, inerentes ao processo de reterritorialização capitalista. O processo de subjetivação capitalista, exercido a partir de mecanismos como o medo, a instabilidade e a responsabilização individual, faz emergir um novo modelo de disciplinarização do trabalho docente. Com isso, espera-se a formação de uma mentalidade voltada para a concorrência e a máxima performance. A internalização da tecnologia da performatividade no campo da educação provém de um amplo processo de disciplinarização do trabalho docente, impulsionado pelos mecanismos de subjetivação. Os/As profissionais da educação passam a assumir novos valores, identidades e formas de interação. O poder disciplinar se encarrega de vincular cada trabalhador/a docente a uma identidade privatizada, aliada aos valores de mercado. No contexto em que os resultados são mensuráveis e a produtividade é o principal critério para determinar o valor de um/a profissional, os/as trabalhadores docentes se sentem compelidos/as a elevar o desempenho individual. O/A neosujeito/a ou sujeito/a empresarial diz respeito ao/a profissional com perfil competitivo e comprometido/a com os resultados de sua performance (BECHI, 2019).

As novas necessidades, expectativas e indicadores de performance, impostas aos/as trabalhadores/as da educação pela gestão toyotista/empresarial, potencializam a formação de uma subjetividade comprometida com a busca da excelência profissional e, principalmente, com a segurança e manutenção do emprego. A necessidade de prestar contas continuamente e a insegurança de ser constantemente avaliado/a provoca a submissão da subjetividade ao rigor da performatividade e às disciplinas de competição. Elas conduzem a performatividade para dentro da prática do dia a dia do/a professor e das relações interpessoais. A incipiente 'loucura' das demandas da performatividade tem condicionado os/as trabalhadores/as da educação a situações e condições de trabalho alienantes, tornando-os uma espécie de 'escravos/as de si'. Por meio da cultura da performatividade "nós nos tornamos mais capazes, mais eficientes, mais produtivos, mais relevantes; nós nos tornamos fáceis de usar; nós nos tornamos parte da *economia do conhecimento*. Nós aprendemos que nós podemos ser mais do que já fomos" (BALL, 2010, p. 45).

Por conta disso, pode-se afirmar que a sociedade performativa expõe os/as trabalhadores/as a novas demandas e condições de trabalho que os/as tornam ‘convenientemente apaixonados/as’ pela excelência.

Os discursos da responsabilidade (*accountability*), do desempenho, da qualidade e da eficiência que circundam a cultura da performatividade exercem pressões para fazer do/da trabalhador/a uma empresa e tornar a sua existência uma vida de cálculo. As reformas da educação projetadas em direção à performatividade mudam as condições de trabalho e, conseqüentemente, o modo de pensar e os projetos de vida dos/das trabalhadores docentes. De acordo com Stephen Ball, “a reforma não muda apenas o que fazemos, mas também quem somos – a nossa identidade social” (BALL, 2002, p. 03). As transformações impostas ao campo da educação em direção ao produtivismo acadêmico e à intensificação da concorrência têm impactado diretamente a alma do/da professor/a e as relações estabelecidas em âmbito social e institucional. A responsabilização, a busca por melhor performance produtiva e a generalização da concorrência, impulsionadas pelos sistemas de avaliação e classificação, podem engendrar nos/nas professores/as sentimentos de orgulho, medo, culpa, vergonha e inveja. Na sociedade performativa, o reconhecimento individual depende da excelência performativa e da capacidade de gerenciar a produção no cenário competitivo.

Há “a possibilidade de um eu triunfante”. Aprendemos que podemos ser mais do que éramos. Na verdade, é muito sedutora a proposta de se ter um “envolvimento apaixonado na medida certa” no que diz respeito à excelência, a atingir o “máximo desempenho”, a ser o “melhor”, a alcançar a mais alta classificação do ensino ou da pesquisa, a obter pontos por reconhecimento ou uma condição especial [...]. Mas o que está ocorrendo é que a complexidade humana vê-se reduzida à forma mais simples possível: números em uma tabela (BALL, 2005, p. 547).

No contexto de reterritorialização capitalista, novos valores e sistemas éticos são introduzidos no mundo do trabalho, com base nos interesses das instituições e no princípio da performatividade. Observa-se que cada vez mais os/as sujeitos/as julgam e têm suas ações julgadas pelos/as outros/as, com base em resultados mensuráveis. A internalização, pelos/as trabalhadores/as, dos valores performativos e empresariais estimula-os/as, mediante a captura da subjetividade, a transcender-se para atingir as metas de desempenho. Os novos (e às vezes inconciliáveis) imperativos da competição e do cumprimento de metas sujeitam os trabalhadores docentes aos valores performativos. A manutenção do emprego e a busca por reconhecimento e melhores salários, que correspondam à cultura consumista e materialista, dá origem a uma espécie de ‘servidão voluntária’. O modelo de gestão empresarial e as tecnologias políticas definem os rumos da docência e restringem as possibilidades de ação.

As perspectivas pessoais atreladas à manutenção do emprego e ao reconhecimento profissional intensificam a concorrência e os anseios por maiores níveis de produtividade.

Isso porque, no contexto em que a produtividade é mensurada e utilizada como critério de *rankeamentos* e de desempenho profissional, faz-se emergir a existência de ‘vencedores/as’ e ‘perdedores’. Para tanto, a tecnologia da performatividade dá origem a uma insegurança ontológica, que leva docentes a se questionarem: estamos fazendo o suficiente? O que devo fazer para aumentar minha performance profissional? Esses questionamentos surgem a partir da incerteza e da instabilidade de ser julgado/a e comparado/a de diferentes maneiras e por diferentes agentes. A cultura da performatividade expõe o/a docente a constantes preocupações se está “fazendo o suficiente, fazendo a coisa certa, fazendo tanto quanto os outros, fazendo tão bem quanto os outros, numa busca constante de aperfeiçoamento, de ser melhor, ser excelente, de uma outra maneira de tornar-se ou de esforçar-se para ser o melhor – a infundável procura da perfeição” (BALL, 2005, p. 549).

No trabalho imaterial, incluindo o trabalho docente, não se separa mais tempo de trabalho e tempo de vida. O trabalho transforma o jeito de *ser e fazer*, cria novos modelos e estilos de vida, mesclando-se com a própria subjetividade operária. As transformações atribuídas ao trabalho imaterial, decorrentes e reiterantes do modo de produção capitalista, permitem a apropriação da subjetividade do/da trabalhador docente. Ao apropriar-se da subjetividade, estabelece-se o controle sobre a vida laboral, a existência subjetiva e a identidade social dos/das docentes. As políticas privatistas e economicistas da educação convocam os/as trabalhadores/as docentes a, cada vez mais, produzir novas versões de si para captar recursos financeiros, concorrer a bolsas de pesquisa, obter gratificações e promoção profissional, participar de entrevistas de emprego e aumentar a quantidade de produtos registrados no Lattes. A racionalidade toyotista/neoliberal compreende a formação de docentes/pesquisadores empreendedores que vivem uma existência de cálculo e projetam suas vidas como um “empreendimento do eu” (BECHI, 2019, p. 153).

No contexto de acumulação flexível, a formação de uma mentalidade produtivista e concorrencial ocorre em conjunto com um amplo processo de flexibilização e desmantelamento dos direitos trabalhistas, fazendo prevalecer a lógica da racionalização dos custos, concomitante à elevação do desempenho. Para Sheila Santos, o/a trabalhador/a, induzido/a a pensar que o seu sucesso resulta da produtividade individual e da empresa, “aumenta o seu empenho e a sua participação nas responsabilidades da organização e não percebe que, ao constituir mão de obra manipulável, é levado a trabalhar mais por muito menos, ou seja, por salários cada vez mais baixos” (SANTOS, 2012, p. 232). A racionalidade performativa e meritocrática, pautada na responsabilização individual e na ‘liberdade de escolha’, oculta as contradições existentes no sistema de produção capitalista, acirra a concorrência e expropria os direitos e a subjetividade dos/das trabalhadores/as docentes.

Assim como as demais categorias de trabalhadores/as, os/as docentes se apresentam como uma categoria ampla, facilmente explorável e relativamente impotente (CARVALHO & WONSIK, 2015; YAMANOE, 2011; MIRANDA, 2005). Dentro do quadro da performatividade, o produtivismo acadêmico torna-se uma espécie de espetáculo, composto por

uma ‘fantasia encenada’ de heróis/heroínas e fracassados/as, que existe, na maioria das vezes, apenas para ser vista e julgada (BALL, 2010). Em suma, os/as trabalhadores/as docentes passam a expressar a si em relação à sua performatividade de várias formas:

Nós ensaiamos nossa reputação nacional e internacional, citamos as resenhas dos nossos livros, destacamos a excelência de nosso ensino e nossa contribuição para a administração e para as comunidades institucionais e acadêmicas. Nós nos tornamos modelos perfeitos com múltiplas forças e possibilidades infinitas para trabalhos futuros, proficientes na arte estudada do convincente exagero. Nós fazemos fantasias de nós mesmos, estetizamos a nós mesmos. Documentos de avaliação podem ser de igual modo fantasiosos ao definirem e relatarem metas pessoais. Somos pegos de novo e cada vez mais na lógica de nossas próprias representações. Nós estamos envolvidos em uma indexação, uma tabularização do eu. Representamos cada vez mais e encenamos nossas individualidades acadêmicas nos termos da produtividade e das tabelas de performance. Nós trabalhamos nós mesmos e os outros, por meio de micropráticas de representação/fabricação, julgamento e comparação. Uma nova espécie de ética prática é articulada e implementada. Tudo isso o que estamos vendo, afirmo, é uma mudança geral nas categorias de autoentendimento e técnicas de autoaprimoramento (ROSE, 1992, apud BALL, 2010, p. 49-50).

O desejo de vencer e obter sucesso, sobre as bases do imperativo da máxima performance, torna-se uma obsessão que requer do/da profissional da educação um trabalho extra sem limites. Com isso, a lógica do mérito e da competência se alastra vertiginosamente no campo acadêmico, tornando a competitividade uma prática comum na condução de todo esse processo. A adequação desse/a profissional ao mercado educacional tem gerado consequências nefastas a suas condições de vida e de trabalho, acarretando crises que os/as levam a se despersonalizar, romper laços sociais e alienar-se. O aprofundamento da competição e da exploração exige uma estrutura óssea e emocional que poucos/as têm, causando, na maioria das vezes, estresse, um alto nível de ansiedade existencial, sofrimento no trabalho, corrosão da personalidade e medo, podendo desencadear uma depressão generalizada (MAUÉS & SOUZA, 2016; BALL, 2002; DARDOT & LAVAL, 2016a; ANTUNES & PRAUN, 2015).

Considerações finais

No atual estágio de desenvolvimento do sistema capitalista, as políticas públicas se constituem em um elemento estrutural das economias de mercado. No âmbito da educação, as políticas educacionais de avaliação, implementadas com o intuito de elevar a eficiência e a produtividade, tendem a estimular a expansão do mercado educacional. Nessa perspectiva, a avaliação estandardizada, baseada em métodos quantitativos e estruturada sob os princípios de gestão das empresas privadas, tem por finalidade adequar as instituições educativas às regras do mercado. Esse modelo de avaliação está vinculado, de

modo especial, à lógica de financiamento e expansão da educação em voga nas últimas décadas. A racionalidade toyotista/neoliberal, fundamentada sobremaneira nos princípios da concorrência e da meritocracia, incutiu nos/nas docentes a ideia de que o crescimento profissional e a manutenção do emprego estão atrelados à performance produtiva.

A submissão de políticas educacionais e instrumentalização da educação à lógica de mercado provocou um intenso processo de subjetivação docente, calcado, sobremaneira, no medo, na instabilidade, no individualismo e na concorrência exacerbada. Na busca constante pela redução e 'otimização' dos recursos públicos, as políticas educacionais arquitetadas pela racionalidade econômica impuseram a reconfiguração do trabalho docente com base na lógica da avaliação por desempenho/produtividade (quantitativa), que resultou na intensificação do regime de trabalho e quantificação dos afazeres profissionais. Concomitantemente, a adequação desse/a profissional ao mercado educacional tem gerado consequências nefastas às suas condições de vida e de trabalho. A verticalização do poder do mercado sobre o processo de subjetivação docente é responsável pela formação de uma subjetividade negativa, caracterizada pelo sofrimento no trabalho, corrosão da personalidade, depressão generalizada, medo do desemprego, entre outros (DARDOT & LAVAL, 2016a).

Recebido em: 20/05/2022; Aprovado em: 30/06/2023.

Referências

AGOSTINI, Renata. MEC cortará verba de universidade por “balbúrdia” e já enquadra UnB, UFF e UFBA. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 30 de abr. de 2019. Disponível em: <<https://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,mec-cortara-verba-de-universidade-por-balburdia-e-ja-mira-unb-uff-e-ufba,70002809579>>. Acesso em: 08 de agosto de 2019.

ALVES, Giovanni. *Trabalho e subjetividade: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório*. São Paulo: Boitempo, 2011.

ANTUNES, Ricardo & PRAUN, Luci. A sociedade dos adoecimentos no trabalho. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 123, p. 407-427, jul./set. 2015.

BALL, Stephen J. Reformar escolas/ Reformar professores e os terrores da performatividade. *Revista portuguesa de educação*, Braga, v. 15, n. 02, p. 03-23, 2002.

BALL, Stephen J. Performatividade, privatização e o pós-estado de bem-estar. *Educação e sociedade*, Campinas, v.25, n. 89, p. 1105 – 1126, set./dez., 2004.

BALL, Stephen J. Profissionalismo, gerencialismo e performatividade. *Cadernos de pesquisa*, v. 35, n. 126, p. 539-564, set./dez., 2005.

- BALL, Stephen J. Performatividades e Fabricações na Economia Educacional: rumo a uma sociedade performativa. *Educação e realidade*, Porto Alegre, v. 35, n. 2, p. 37-55, maio/ago. 2010.
- BECHI, Diego. As reformas da educação superior e as metamorfoses do trabalho docente na economia capitalista flexível. *Revista Internacional de Educação Superior*, Campinas, SP, v.3, n.1, p. 203-223, jan./abr. 2017.
- BECHI, Diego. *A subjetivação capitalística como mecanismo de precarização do trabalho docente na educação superior brasileira*. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo/RS, 2019.
- BECHI, Diego. O empresariamento da educação superior e as tecnologias de intensificação do trabalho docente. *Roteiro*, Joaçaba, v.47, jan./dez., 2022.
- BIANCHETTI, Lucídio & MACHADO, Ana Maria N. "Reféns da produtividade" sobre a produção do conhecimento, saúde dos pesquisadores e intensificação do trabalho na pós-graduação. *30ª Reunião Anual da Anped*, Caxambu: ANPED, 2007.
- BRINHOSA, Mário C. A função social e pública da educação na sociedade contemporânea In: LOMBARDI, José Claudinei (Org.). *Globalização, pós-modernidade e educação*. Campinas, SP: Autores Associados, 2009, p.39-60.
- CAMPOS, Vicente Sisto. Flexibilización laboral de la docencia universitaria y la gest(ac)ion de la Universidad sin órganos: un análisis desde la subjetividad laboral del docente en condiciones de precariedad. In: GENTILI, Pablo & LEVY, Bettina (Org.) *Espacio público y privatización del conocimiento: estudios sobre políticas universitarias en América Latina*. Buenos Aires: CLACSO, 2005, p. 543-574.
- CARVALHO, Elma J. & WONSIK, Ester C. Políticas educacionais atuais: valorização ou precarização do trabalho docente. *Revista Contrapontos - Eletrônica*, Itajaí, v. 15 - n. 3, p. 373-393, set-dez 2015.
- CORSETTI, Berenice. *A metodologia histórico-crítica e a reflexão sobre questão do rendimento escolar no Brasil*. Porto Alegre: Redes, 2010.
- DARDOT, Pierre & LAVAL, Christian. Néolibéralisme et subjectivation capitaliste. *Cités/CAIRN.INFO*, n.41, p. 35-50, 2010.
- DARDOT, Pierre & LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaios sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016a.
- DARDOT, Pierre & LAVAL, Christian. Neoliberalismo e subjetivação capitalista. *O Olho da História: Revista de Teoria, Cultura, Cinema e Sociedades*, Salvador, n. 22, abr. 2016b.
- FÁVERO, Altair A. & BECHI, Diego. A subjetivação capitalista enquanto mecanismo de precarização do trabalho docente na educação superior. *Arquivos Analíticos de Políticas Educativas*, Arizona, Estados Unidos, vol. 28, n. 13 2020, p. 01-25, jan. 2020.
- FELDFEBER, Myriam. La regulación de la formación y el trabajo docente: un análisis crítico de la "Agenda educativa" en América Latina. *Educação e Sociedade*, Campinas, vol. 28, n. 99, p. 444-465, maio/ago. 2007.
- HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 2014.
- MANCEBO, Deise. Trabalho Docente: Subjetividade, Sobreimplicação e Prazer. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, Porto Alegre, v. 20, n. 1, p. 74- 80, 2007.
- MAUÉS, Olgaíses C. O trabalho docente no contexto das reformas. *XXVIII Reunião da Anped*, 2005, Caxambu: 40 anos de Pós-graduação em Educação no Brasil, 2005.

MAUÉS, Olgáises C. & SOUZA, Michele B. Precarização do trabalho do docente da educação superior e os impactos na formação. *Em Aberto*, Brasília, v. 29, n. 97, p. 73-85, set./dez. 2016.

MIRANDA, Kênia. O trabalho docente na acumulação flexível. *XXVIII Reunião da Anped*, 2005, Caxambu: 40 anos de Pós-graduação em Educação no Brasil, 2005.

MORROW, Raymond. & TORRES, Carlos Alberto. Estado, Globalização e Políticas Educacionais. In: BURBULES, Nicholas C. & TORRES, Carlos Alberto. (Org.). *Globalização e educação: perspectivas críticas*. Porto Alegre: Artmed, 2004, p. 27-44.

O GLOBO. MEC vai cortar verba de universidades que tiverem “baixo desempenho” e fizerem “balbúrdia”. O Globo, São Paulo, 15 de mai. De 2019. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/mec-vai-cortar-verba-de-universidades-que-tiverem-baixo-desempenho-fizerem-balburdia-23631766>>. Acesso em: 17 de jun. de 2023.

SANTOS, Sheila Daniela Medeiros dos. A precarização do trabalho docente no Ensino Superior: dos impasses às possibilidades de mudanças. *Educar em Revista*. Curitiba, n. 46, p. 229-244, out./dez. 2012.

SAVIANI, Dermeval. *Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações*. 11 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2013.

TELLO, César. Perspectivas discursivas sobre profissionalização docente na América Latina. In: OLIVEIRA Dalila Andrade de; PINI, Mónica & FELDFEBER, Myriam (Orgs.). *Políticas educacionais e trabalho docente: perspectiva comparada*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2011, p. 147-170.

YAMANOE, Mayara Cristina Pereira. Trabalho docente e subjetividade: a identidade do professor do ensino superior e a lógica de produtividade do capital. *X Jornada Histedbr*, Vitória da Conquista - BA, 2011.

ZUIN, Álvaro Soares & BIANCHETTI, Lucídio. Na era do “publique, apareça ou pereça”: um equilíbrio difícil e necessário. *Cadernos de Pesquisa*, v.45, n. 158, p. 726-750, out./dez. 2016.